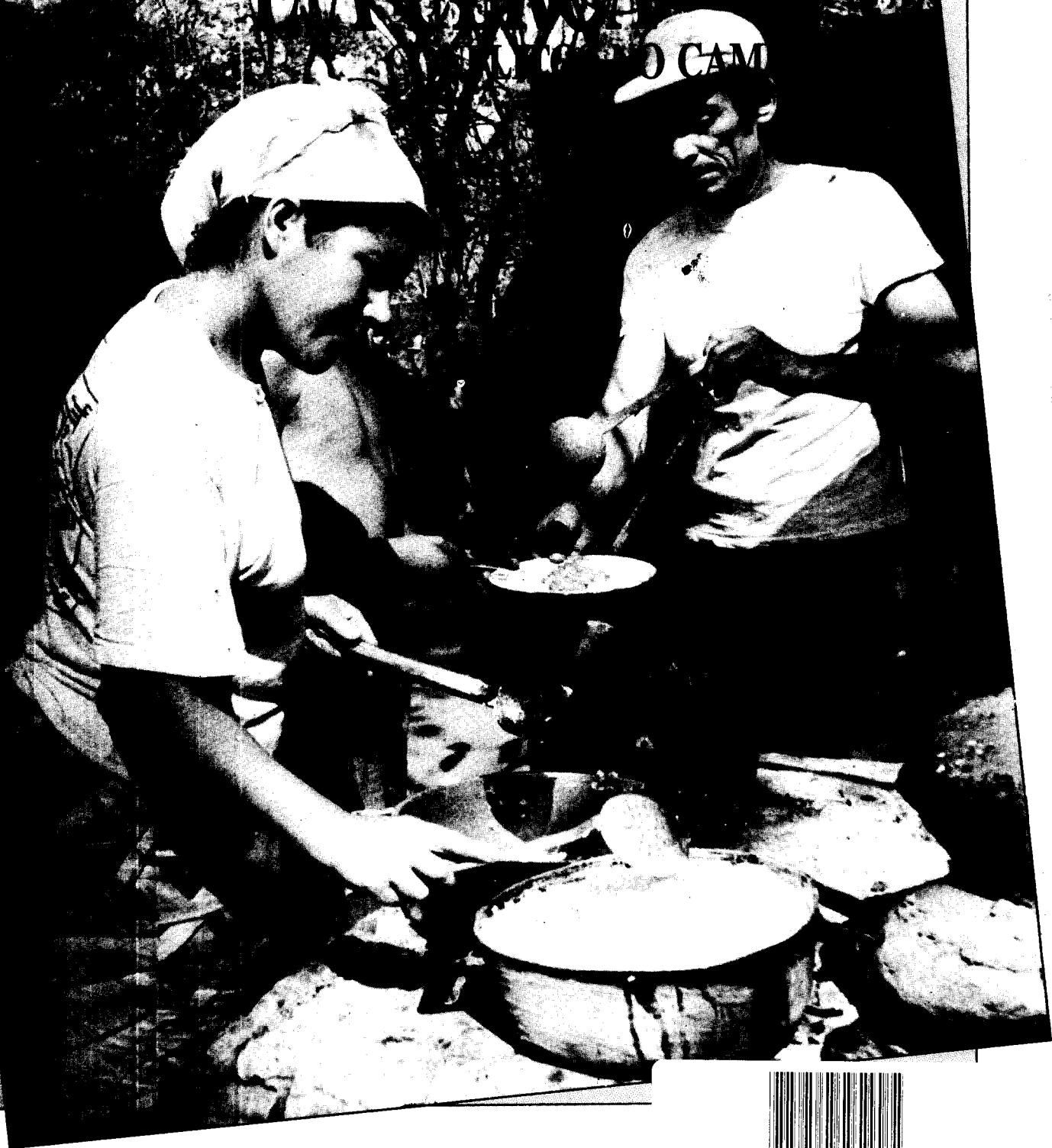


ROMPENDO O CERCO

FEIA COMIDA

NO CAMPO

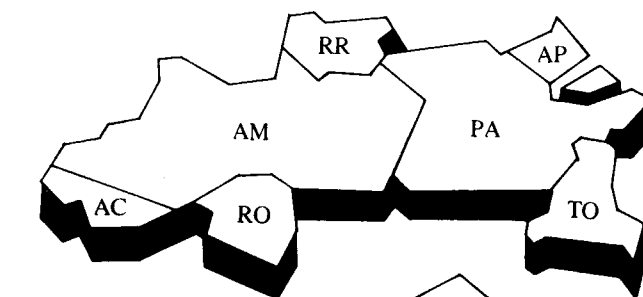


CF0005

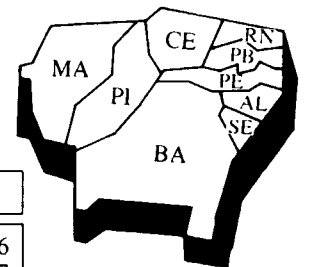


Foto Capa: Antonieta de Santana
A Fazenda Europa, na cidade de Goiás (GO), é ocupada por 75 famílias de sem terra, no dia 27/08/89. A área de domínio da família Caiado e se encontrava abandonada. Agora, comunitariamente os ocupantes se alimentam e cultivam a terra.

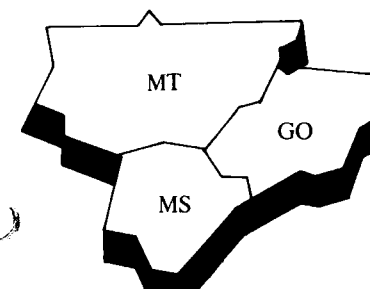
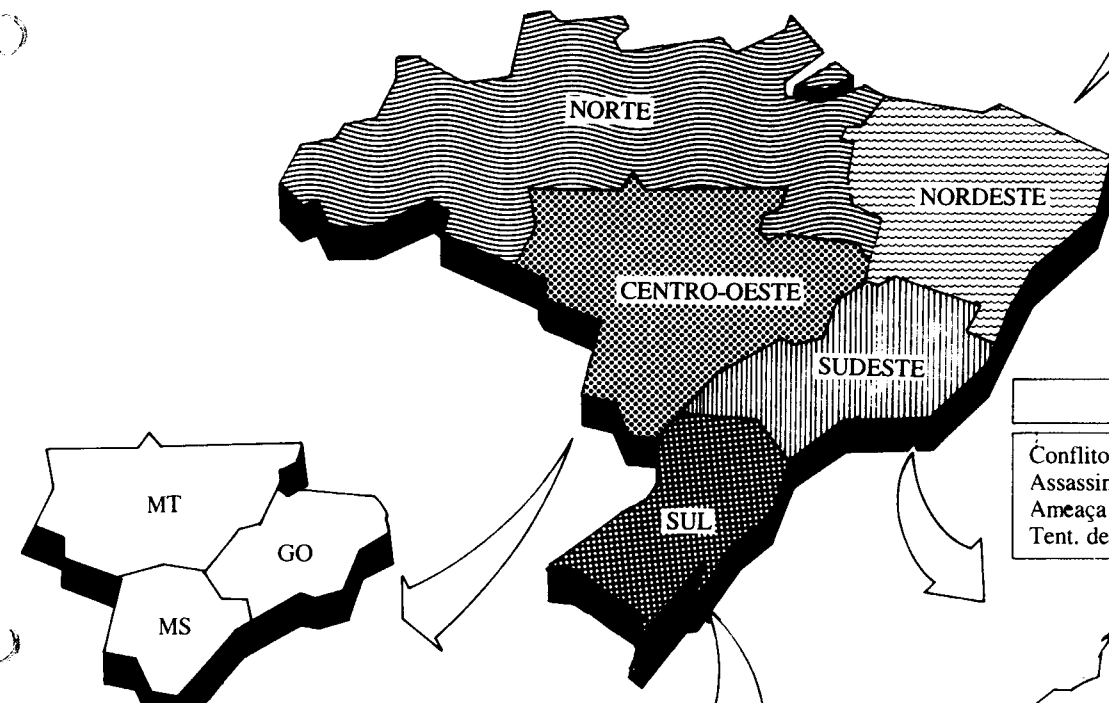
VIOLÊNCIA NOS CONFLITOS DE TERRA POR REGIÕES



NORTE	
Conflitos de Terra	157
Assassinatos	14
Ameaça de Morte	37
Tent. de Assassinato	13

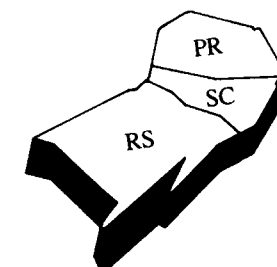
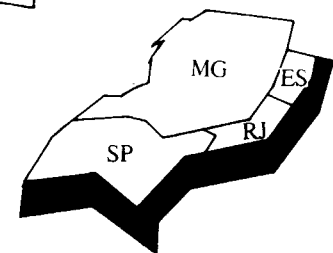


NORDESTE	
Conflitos de Terra	166
Assassinatos	17
Ameaça de Morte	50
Tent. de Assassinato	79



CENTRO-OESTE	
Conflitos de Terra	49
Assassinatos	06
Ameaça de Morte	04
Tent. de Assassinato	02

SUDESTE	
Conflitos de Terra	58
Assassinatos	06
Ameaça de Morte	19
Tent. de Assassinato	02



SUL	
Conflitos de Terra	70
Assassinatos	13
Ameaça de Morte	24
Tent. de Assassinato	04

Mapa da Comissão Pastoral da Terra - 04/90

INTRODUÇÃO

Violência nos conflitos de terra por regiões.....	3
1 - A luta pela terra e luta pela liberdade.....	5
2 - A falsa pacificação no campo.....	6
A saga dos acompanhados.....	7
Alagoas.....	8
Quadro: Conflitos de terra - 1989.....	8
3 - A violência no campo - 1989.....	9
Leme (SP).....	10
Bahia de Todos os Santos e de muitos conflitos.....	11
4 - A mulher e a violência no campo.....	12
“Cansados de esperar querem terra”.....	14
5 - A defesa da vida e a luta pela terra.....	15
A história dos trabalhadores da Fazenda “São João dos Carneiros”.....	16
Búfalos (MA).....	18
6 - Os povos da floresta: guardiãs da Amazônia.....	19
7 - Assalariados rurais: uma classe que se organiza.....	22
8 - A firmeza da fé na luta pela terra.....	24
Metas e realizações do PNRA (1985-89).....	26
Quadro: PNRA - metas e realizações - 1985 a 89.....	27
Quadro Comparativo: Conflitos de 1985 a 89.....	28
Gráficos:	
Vítimas de ferimentos graves.....	29
Vítimas de prisões ilegais.....	29

1. A LUTA PELA TERRA E LUTA PELA LIBERDADE

Fazemos chegar até você informações e reflexões sobre a luta pela terra acontecida em 1989. Juntamos, com cuidado, as notícias dos feitos e dos sofrimentos das pessoas, das famílias, das comunidades e dos movimentos que fizeram crescer essa luta. Sabemos, todos, que assim continuamos a saga dos povos indígenas, dos escravos negros, dos brancos pobres, do Antônio Conselheiro, do beato João Maria, do Galdino, do Pe. Josimo, do Chico Mendes, da Margarida Maria Alves... e tantos outros.

Temos motivos e esperanças para achar que este livrinho vai ser útil para você.

Se você mora na roça, em algum recanto desse país tão grande, com certeza ganhará ao saber o que têm feito seus companheiros em outras regiões. Os que estiveram presentes em alguma luta – ocupação, acampamento, assentamento, movimento de posseiros, reivindicação... – ficarão mais firmes ao conhecer o que aconteceu em todo o país. Os pequenos proprietários, meeiros, arrendatários, peões e assalariados que tiveram um ano sem maiores conflitos, poderão ver aqui o convite para somar a sua força na luta comum para chegar à libertação da terra.

Se você mora na cidade, com saudades da terrinha, sentindo que sem a liberação da terra não teremos liberdade, está aqui uma oportunidade de conhecer e entender as

lutas dos companheiros do campo. O pessoal do campo tem um jeito de viver e de enfrentar os problemas que faz deles SUJEITOS POLÍTICOS diferentes dos trabalhadores da cidade. É bom você conhecê-los, apoiá-los e contar com eles.

Aqui está a nossa esperança: que esta publicação ajude a construir movimentos de trabalhadores para enfrentar as precisões, conflitos e violências que aumentam a cada dia; e que ajude a construir pontes de ligação entre as lutas populares das cidades e as lutas do campo.

Ao ler esta memória, é bom você ter presente o tempo em que vivemos. O novo presidente, ao escolher o fazendeiro Antônio Cabrera para Ministro da Agricultura e da Reforma Agrária, revelou que está mais perto da UDR do que do povo do campo que luta pela terra. Ao falar que fará Reforma Agrária com apoio da “iniciativa privada”, isto é, de empresários, esse governo garantiu que não fará Reforma Agrária. Quando muito, acontecerão alguns projetos de colonização. Com isso, a decisão de continuar firmes na luta pela libertação da terra poderá trazer um aumento da repressão e da violência.

Como acreditamos que Deus quer que sejamos livres e quer que a terra esteja livre para o uso de todos nós, aumentemos nossa união e solidariedade para que a luta pela terra seja, de fato, luta pela liberdade de todos nós.

2. A FALSA PACIFICAÇÃO NO CAMPO



Despejo e repressão policial no Centro dos Aguiar, município de Lago de Junco, MA (junho de 1989)

Falou-se muito da Amazônia em 1989. Em todo o mundo. Os mais ricos estiveram, e estão ainda, preocupados com a chamada "preservação ecológica": não desmatar, para que o verde da Amazônia melhore o ar e o clima que o progresso deles destruiu. Eles apóiam, mesmo sem entender direito, a reivindicação dos seringueiros, as "reservas extrativistas". Por meio delas, os seringueiros querem continuar colhendo o leite da seringueira, produzindo borracha, seguindo seus caminhos. Não aceitam a divisão costumeira do INCRA, em módulos, utilizando linhas retas, atrapalhando o costume dos caminhos da seringa e o curso dos rios.

Enquanto isso, no mesmo ano de 1989, a questão da terra e a Reforma Agrária ficaram um pouco de lado. Falar, até que se falou delas, principalmente na época das eleições para presidente. Mas parece que o governo se contentou com essa "democracia eleitoral". Não fez nada de "democracia social", nem o que tinha prometido de Reforma Agrária. Menos de 10% das metas do Plano Nacional de Reforma Agrária foram realizadas. E quando se fez algum assentamento, os camponeses ficaram cercados por grandes propriedades improdutivas.

É útil a gente lembrar que ninguém mexeu na tradicional maneira em que está organizada a propriedade da terra:

continua aumentando a concentração nas mãos de menos proprietários. A renda também continua muito concentrada. Os pequenos produtores continuam sendo expulsos da terra, pela violência ou pelas dívidas. E o meio ambiente, o lugar de gente viver, continua sendo destruído.

E por causa disso tudo que os dados sobre os conflitos de terra em 1989 podem levar à falsa idéia de pacificação. Comparando com os números dos últimos anos, parece ter havido uma diminuição. O que aconteceu, na verdade, foi o que se chama de "guerra de baixa intensidade" contra os camponeses e os trabalhadores rurais. Diminuem um pouco os assassinatos, mas aumenta a violência contra as pessoas: tentativas de assassinatos, espancamentos, torturas, prisões ilegais. Mesmo assim, o número de ocupações de terra pelos camponeses foi maior em 1989 do que em 1988. Os camponeses mostram, com isso, que a nossa realidade não é marcada só pelo desenvolvimento, pela modernização do capital. Eles estão aí, decidem suas ações, obrigam os governos, os capitalistas e todos os setores da sociedade a reconhecer que eles são políticos.

2.1. O ROSTO DA VIOLÊNCIA

A violência mudou de cara, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. O Norte, tirando o Tocantins, não é mais a região em que se dão as maiores violências. Aqui, a violência mudou-se para os garimpos, por causa da crise econômica. Os produtos agrícolas tiveram seus preços muito rebaixados. Os salários não atendem às necessidades dos trabalhadores e suas famílias. Além disso, há falta de atendimento nas áreas de saúde, educação e estradas. Com tanta precificação, os garimpos se tornaram uma grande tentação, uma saída.

O Nordeste é que foi o exemplo da tentativa de pacificação forçada no campo. A Bahia teve o maior número de conflitos, 66; ocupou o segundo lugar em número de assassinatos, com 8; ficou em terceiro lugar, com 261 casos, em número de famílias expulsas à base de violência. Além disso, aconteceram na Bahia vários casos de tortura, feita pela UDR e pela PM.

2.2. FERRAMENTAS DE CONTROLE

a) Desapropriações a conta-gotas

As ações do Estado (Governo, Exército, Polícia, Judiciário, Legislativo...), em 1989, mostraram uma face bem autoritária. Combinou ações de exclusão social e política com uma forte exploração econômica dos camponeses e dos trabalhadores rurais. Os vários órgãos governamentais atuaram de forma desorganizada. Em suas ações favoreceram interesses políticos de desapropriação, dando a impressão de uma guerra de desgaste, levando os camponeses ao cansaço por meio da burocracia e da omissão.

b) Repressão policial

As ações policiais feriram, desrespeitaram e limitaram

direitos básicos garantidos na Constituição aprovada em 1988. As operações conjuntas de policiais e jagunços são um verdadeiro escândalo. Elas aconteceram em pelo menos 11 ações de repressão, em 10 Estados. As violências atingem até as plantações ou procuram atingir as bases culturais e religiosas das comunidades rurais.

c) Exércitos de jagunços

A UDR foi claramente derrotada nas eleições de 1989. Mas ela atuou em vários Estados, aumentando a violência nos conflitos locais.

Tudo indica que aumentou o número e melhorou o armamento dos grupos de pistoleiros. Sua ação foi muito violenta. Em muitos casos, como tem acontecido na Bahia e no Maranhão, eles fizeram ações de terra arrasada, destruindo tudo. No Vale do Pindaré, município de Bom Jardim (MA), 60 barracos foram queimados de uma só vez.

d) O moderno e violento

Tem gente achando que a violência no campo é praticada por proprietários atrasados. Não é isso que os fatos mostram. Ao contrário, violência de todos os tipos são praticadas por empresas modernas, até o trabalho escravo. Um exemplo disso foi a empresa Agromendes, da Construtora Mendes Júnior, ela fez uma repressão violenta contra seus trabalhadores no município de Moju (PA), em janeiro de 1989.

A SAGA DOS ACAMPADOS DO MS

As 350 famílias acampadas provisoriamente nos Assentamentos Marcos Freire e Padroeira do Brasil (MS), estão escrevendo com suor e determinação sua passagem na História dos Homens.

Acampadas há 4 anos de maneira provisória – e isto significa aguardando solução sem que o governo tenha obrigação de assisti-las – finalmente foram "contempladas" com a desapropriação das fazendas Taquaral e Piraputanga, em Corumbá.

350 chefes de famílias são então levados para a nova terra, para irem construindo os barracos e preparando as roças, a fim de trazerem mais tarde a família. Foram levados pelo governo Marcelo Miranda e sua Secretaria de Assuntos Fundiários.

Ocorre que as terras se localizam dentro do Pantanal mato-grossense, considerado pela Constituição e pelo Código Florestal como patrimônio nacional, região a ser preservada. O traslado dos assentados deu-se sem que fosse feito o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA).

O governo do MS e sua Secretaria bem sabiam desses entraves judiciais e mesmo assim apressaram a mudança das famílias, interessados em elevar o Estado a "modelo de Reforma Agrária".

Resultado: depois de trabalharem 1 mês enfrentando a fome e o sol, os chefes de família foram obrigados a abandonar os lotes e voltar para os assentamentos de origem, por força de um mandado de despejo expedido pelo Juiz da 1ª. Vara Federal, Odilon de Oliveira.

Mais 1 mês de espera para os acampados, e uma nova decisão judicial permite que seja feito o assenta-

• ROMPENDO O CERCO... - 7

mento antes da confecção do RIMA. As famílias são levadas de volta a Taquaral. Dessa vez vão todos: homens, mulheres, crianças e os poucos pertences. Vão amontoados em vagões fretados pela Secretaria de Assuntos Fundiários (SEAF), que alega não ter mais recursos, pois gastou muito com a mudança frustrada dos 350 chefes de famílias.

Chegando a seus lotes, após amargarem anos de espera, as famílias deparam-se com um grave problema: a falta de água potável. Mais uma irresponsabilidade do governo, pois as terras da Taquaral, próximas à fronteira com a Bolívia, são pouco propícias à agricultura e o lençol freático está a grande profundidade e só pode ser alcançado com uso de explosivos, pois o solo é formado por camadas de pedra calcária. A pouca água disponível é salobra e causa diarreia e problemas estomacais.

Em dezembro de 1989, as famílias assentadas na Taquaral fazem um apelo à população através de carta aberta. 3 meses depois de assentadas, o INCRA ainda não realizou o RIMA, estudando a forma de exploração da terra e o meio ambiente. As famílias passam FOME e recebem merenda escolar para remediar a situação. A merenda escolar destina-se especificamente a crianças de 4 a 14 anos, no entanto é utilizada também pelos adultos por falta de condições para se alimentar corretamente.

A REFORMA AGRÁRIA DO COLLOR EM ALAGOAS

Na "Cronologia" do IBASE encontramos esta notícia:

"Como governador de Alagoas, o presidente da República, Fernando Collor de Mello, efetuou apenas um assentamento de trabalhadores rurais sem terra, no total de sete famílias, em 186 hectares no município de Delmiro Gouveia (AL).

A informação foi confirmada no Instituto de Terras de Alagoas (Iteral), na Fundação Estadual de Planejamento Agrícola, no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) do Estado.

No entanto no debate de 03/12/89 com o Lula, Collor declarou que havia assentado 27 mil famílias durante sua administração. Além desse assentamento, Collor viabilizou a aquisição de uma área de 871 hectares, denominada Lameirão, também em Delmiro Gouveia. No local, 34 famílias vivem da extração de madeira, mas ainda não possuem título de posse (FSP)."

Foto: Cláudio Somocai

Repressão policial na ocupação da Fazenda Bacaraí, município de Cruz Alta, RS (20 de setembro de 1989)



CONFLITOS DE TERRA BRASIL 1989

Estado	Conflitos de terra em 1989	Pessoas envolvidas em 1989	Assassinados em conflitos de terra	Ameaçados de morte em conflitos de terra
** Região Norte				
Acre	40	6.995	0	12
Amazonas	6	0	3	0
Amapá	1	150	0	0
Pará	66	12.237	10	9
Rondônia	4	1.160	0	0
Roraima	6	0	0	2
Tocantins	34	6.396	1	14
** Subtotal **	157	26.938	14	37
** Região Nordeste				
Alagoas	17	4.726	0	13
Bahia	66	21.961	8	11
Ceará	20	6.917	1	8
Maranhão	26	20.971	6	14
Paraíba	11	6.895	2	0
Pernambuco	12	3.920	0	0
Piauí	6	1.410	0	0
Rio Grande do Norte	1	600	0	0
Sergipe	7	7.175	0	0
** Subtotal **	166	74.575	17	50
** Região Sudeste				
Espírito Santo	8	3.933	4	10
Minas Gerais	27	2.323	2	3
Rio de Janeiro	11	6.119	0	1
São Paulo	12	3.850	0	5
** Subtotal **	58	16.225	6	19
** Região Centro-Oeste				
Distrito Federal	0	0	0	0
Goiás	19	5.789	2	0
Mato Grosso do Sul	9	14.850	0	0
Mato Grosso	21	4.478	4	4
** Subtotal **	49	25.117	6	4
** Região Sul				
Paraná	24	16.289	6	19
Rio Grande do Sul	26	26.466	6	3
Santa Catarina	20	6.922	1	2
** Subtotal **	70	49.677	13	24
*** Total ***	500	192.532	56	134

3. VIOLÊNCIA NO CAMPO 1989

3.1. O CORPO DO TRABALHADOR

Diz J. S. Martins que "a sociedade brasileira nasceu em cima de duas humanidades", uma beneficiada, outra excluída das possibilidades de ter vida.

Não realizando a Reforma Agrária, o governo brasileiro condena 6 milhões de famílias à marginalidade. São crianças, mulheres e homens que vão tentar sobreviver através da migração, dos biscates, dos favores dos "senhores". Sofrem em seus próprios corpos a fraqueza física, a fome e as doenças.

Mesmo quando consegue trabalho, o corpo do trabalhador corre perigo nos acidentes de bóias-frias (39 mortos em 89), na contaminação pelos agrotóxicos das empresas.

O número de assassinatos no campo diminuiu em 89. Mas aumentou muito a violência contra o corpo dos trabalhadores: 512 feridos gravemente, 103 tentativas de assassinato, 66 torturados, 401 presos ilegalmente, 152 ameaçados de morte. Nossa pesquisa de 89 registra a denúncia de 597 pessoas encontradas em regime de escravidão, isto é,

obrigadas a trabalhar sem pagamento, vigiadas por forças policiais.

A tortura é proibida pela Constituição como crime inafiançável e pela Convenção Internacional assinada por Sarney em 1989. Mas é praticada impunemente nas delegacias policiais como meio de reprimir lutas dos trabalhadores e obter informações.

3.2. DESMORALIZAÇÃO DO TRABALHADOR

Sem-terra, posseiro, trabalhador sazonal são muitas vezes tratados como "gente miserável, pobres coitados, bandidos". Mas quando se organiza para fazer greve ou ocupar terra, atingindo o coração do capitalista, que é sua propriedade, o trabalhador é tratado como inimigo da pátria, subversivo, guerrilheiro.

A desmoralização é dirigida especialmente contra lideranças sindicais, agentes de pastoral e advogados. Vítimas dessas campanhas são os 152 ameaçados de morte e até os que já morreram, mas cuja imagem os assassinos gostariam de apagar da memória popular para garantir a impunidade.

3.3. QUEBRAR OS ESPINHOS MAIS FORTES

Eliminar os "espinhos mais fortes" é tática para desbaratar comunidades, matando "os cabeças"; é estratégia que visa paralisar as reivindicações populares acabando com as lideranças que podem dirigi-las para uma formação maior. Por isso as mortes em muitas regiões são programadas através de listas de "marcados para morrer".

No Espírito Santo chegaram ao requinte de praticar um assassinato por mês com data marcada.

3.4. AUTORIDADE CONTRA O TRABALHADOR

Todo sindicalista lembra o gesto do primeiro ministro do MIRAD de Sarney, no IV Congresso da CONTAG, que, levantando a panela furada a balas, falou: "isto nunca mais acontecerá."

Em 5 anos foram 550 trabalhadores rurais assassinados, muitos com a participação ou a proteção policial. Quase todos sem julgamento até hoje. Por isso um jornalista escreveu: "A ordem vigente, com a polícia e o Judiciário dão total liberdade ao latifúndio."

A participação das polícias estaduais em greves e conflitos de terra pode ter ajudado a diminuir as mortes. De fato, elas matam menos do que os pistoleiros. Mas, agindo com ordem judicial ou não, elas são eficientes para destruir casas, benfeitorias e, sobretudo, criar um clima de terror que destrói comunidades inteiras. Os inquéritos policiais, por ocasião de assassinato de lavrador, frequentemente responsabilizam a própria vítima ou não são terminados.

Os trabalhadores têm o maior respeito pela "justiça". Procuram advogados para se defender perante o juiz, mas dificilmente conseguem justiça.

3.5. A SEGURANÇA DO TRABALHADOR

A mudança na atuação dos violentos obriga as comunidades, o sindicato e os movimentos populares a discutirem a questão da segurança.

A "era Collor" poderá ser a era do "conflito de baixa intensidade" que atua através de milícias particulares e a desmoralização de lideranças.

Contra a formação de milícias particulares, é preciso:

- levar a sério as "listas de marcados para morrer";
- organizar esquemas de segurança para os líderes;
- investigar a formação das milícias e denunciá-las e
- denunciar o tráfico de drogas, que dispõe de pistoleiros altamente treinados que servem também aos latifundiários.

Contra a desmoralização de trabalhadores e agentes de pastoral:

- união, não acreditar em boatos, desfazer as falsas versões espalhadas pelos inimigos;
- manter bem vivo o trabalho de base, repassando a informação certa e
- utilizar mais o rádio e outros meios de informação social.

Cada vez mais aparecem líderes mortos em "acidentes". É preciso saber que existem hoje grupos treinados para provocar essas coisas. A comunidade tem que investigar, por meios próprios, ir atrás dos boatos, descobrir as reais causas do acidente.

Diante de tanta violência, poucos trabalhadores e, sobretudo, grupos vanguardistas são tentados ao uso de formas violentas de defesa.

Aí, nós temos que distinguir duas coisas:

- direito de defesa: o artigo 23, II e o 25 do Código Penal garantem, ao atacado injustamente em um direito seu ou de companheiros, a legítima defesa para impedir a agressão.

- poder das armas - o poder do movimento popular se constrói com a participação das massas e não com armas.

Fazenda do Estado de São Paulo, propostas por Sueli Aparecida N. Correia e seus filhos Luciana e Ronaldo (da parte de Orlando) e Ignez Pinheiro dos Santos (da parte de Sibebe) patrocinadas pelos advogados Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, Dr. Michael Mary Nolan e Dr. Aton Fon Filho. Embora a sentença tenha ainda que ser submetida à apreciação do Tribunal de Justiça de SP,

esse resultado elucida o caso, sendo dirimidas as acusações da PF, do Ministério da Justiça e do presidente da República. A responsabilidade total foi da PM, apesar de não ter identificado o policial autor dos disparos fatais. Como não se pode responsabilizar criminalmente o Estado (pois é pessoa jurídica) ao menos foi condenado a ressarcir economicamente os dependentes das vítimas.

BAHIA DE TODOS OS SANTOS E DE MUITOS CONFLITOS

UM PANORAMA DOS CONFLITOS NA BAHIA

Apesar dessa violência dos Coronéis, o povo não desiste da posse e da conquista da terra.

1. Em Venceslau Guimarães, os grileiros Francisco Lopes e Joaquim Lopes ameaçam de morte as 120 famílias de posseiros da fazenda São Marcos. Até buracos são cavados na estrada a fim de impedir a entrada e saída dos camponeses.

Conflitos de Terra em 1989 (Violência contra a pessoa)

UF	NÚMERO DE CONFLITOS	PESSOAS ENVOLVIDAS	HA CONFLITOS	OUTROS	ASSASSINATOS		AMEAÇA DE MORTE	TENTATIVA DE ASSASSINATO	LESÕES CORPORAIS	TORTURADOS	PRESOS ILEGIS	AGREDIDOS FISICAMENTE	SEQUESTRADOS
					CAMPONESES	INDÍOS							
BA	66	21.961	360.488	01	07	-	11	02	05	09	49	71	02
PA	66	12.237	023.833	01	09	-	09	01	03	-	-	02	-

Conflitos de Terra em 1989 (Violência contra posse - propriedade)

UF	NÚMERO DE CONFLITOS	FAMÍLIAS ENVOLVIDAS	HA CONFLITOS	DESPEJO JUDICIAL	EXPULSÃO	DESTRUIÇÃO DE CASAS	TENTATIVA DE EXPULSÃO	AMEAÇA DE EXPULSÃO	DESTRUIÇÃO DE ROÇAS	ROUBOS
BA	66	4.368	360.488	90	261	14	176	889	90	91
PA	66	2.060	923.833	62	154	34	-	123	35	37

O QUE PROVOCA ESSA ONDA CRESCENTE DE CONFLITOS NA BAHIA?

Praticamente, a Bahia pode ser dividida em duas partes, quando se fala em luta pela terra e conflitos:

Área 1 - De Camamu até o Extremo Sul e do litoral até Vitória da Conquista.

Área 2 - O restante do Estado.

Do total de 66 conflitos pela terra, a distribuição fica assim:

29 na Área 1; 37 na Área 2.

Dos oito assassinatos, couberam 4 a cada Área.

A região Sul da Bahia (até Camamu) chega a ser mais conflitiva e violenta que vários Estados, como Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, etc.

Pelo menos duas atividades econômicas que são desenvolvidas ali contribuem para essa situação: turismo e cacau, que traz consigo o ranço dos coronéis.

Como disse Caio Prado Jr., "Direta ou indiretamente, quase toda a riqueza baiana e a vida dos seus habitantes repousará nos cacauais." (Caio Prado Jr. - História Econômica do Brasil, 1980, Brasiliense, SP). A cultura coronelista é sinônimo de violência. Em certa ocasião, um morador da região declarou que "essa terra é boa para o cultivo do cacau, porque está adubada com sangue de trabalhadores."

2. Cinco casas são queimadas, galinhas, utensílios e ferramentas são roubados pelo fazendeiro João Agenor, que contou com reforço de 6 policiais militares. As vítimas são 31 famílias de posseiros há mais de 4 anos na fazenda Novo Horizonte, em Una. Uma comissão representativa dos camponeses denuncia o fato junto à FETAG e à Secretaria de Segurança Pública.

3. A empresa agropecuária AGROCAMPO, de um grupo cearense, ameaça de expulsão as 30 famílias de camponeses, que vivem na Ilha de Campo Formoso, área que vem sendo passada de pais para filhos, há 70 anos. Da ameaça, a empresa passa a queimar casas, cercas e plantações. O delegado de polícia local, capitão da PM Gilmar, numa atitude conivente, ameaça prender e espancar todo aquele que se manifestar contra a empresa.

4. Pérola Agropecuária é o nome de um grupo italiano - Cormasa - e também o responsável pelas violências contra 90 famílias de camponeses sem terra. Esse grupo se beneficiou com o aparato policial que despejou as famílias ocupantes de parte das terras da fazenda Ponta da Serra, no município de Saúde. Inclusive o padre Antônio Tamarri ("Toinho"), italiano, está ameaçado de morte por prestar apoio aos camponeses. Neste caso, além das denúncias dos próprios atingidos diretamente, um grupo de parlamentares da Itália pediu providências ao chanceler italiano para que se possa resguardar a vida do padre Antônio.

O ESTADO RESPONSÁVEL: em Leme (SP) a PM mata e acusa o PT

Apesar desta publicação se referir ao ano de 1989, queremos lembrar de um episódio ocorrido em 1986 em Leme e que teve seu desfecho judiciário no começo deste ano.

Após a deliberação da greve em Assembléia dos STRs da Região de Araras, os cortadores de cana de Leme cruzam os braços para exigir o cumprimento de seus direitos. A greve é deflagrada com centenas de trabalhadores organizados concentrando-se na Praça do Bairro Nova Santa Rita, utilizando-se de piquetes para garantir o movimento. A PM, com seu batalhão de choque, comparece ao local para acabar com a greve. Os deputados federais José Genofino Neto e Djalma Bom e o estadual Anísio Batista, todos do PT, comparecem para se solidarizar e acompanhar a ação dos trabalhadores. Na madrugada de 11/07/86 a PM age com truculência para dar fim à manifestação, e, com forte aparato (re-

vólveres e bombas de gás), mata duas pessoas: a menor Sibebe Aparecida Manoel, 17 anos e Orlando Correia, 22 anos.

Mas, para salvar a farsa da Nova República, nas proximidades de um pleito eleitoral, de Brasília e de São Paulo ecoam para todos cantos as acusações apressadas e unânimes do então diretor-geral da PF, Romeu Tuma, do ex-ministro da Justiça, Paulo Brossard e do ex-presidente da República, José Sarney. Afirmavam os três que o tumulto teria sido provocado pelos próprios grevistas e que os tiros assassinos teriam sido disparados do carro dos parlamentares do PT.

No entanto, depois de quase 4 anos a justiça aparece. No dia 31 de janeiro deste ano, o Juiz da 1ª Vara da Comarca de Leme-SP, Ronaldo Frigini sentenciou: "JULGO PROCEDENTES as ações..." que responsabilizaram e garantem o consequente ressarcimento pela



MULHER E A VIOLENCIA NO CAMPO

4.1. MULHER E HOMEM IMAGEM DE DEUS

A sociedade e a Igreja sempre ensinaram que a mulher deve ser submissa, cuidar da casa e dos filhos e obedecer ao marido.

Os homens, que há muito tempo tomaram conta do poder político, econômico e religioso da sociedade, foram criando essa mentalidade.

Para a classe dominante, manter as mulheres, metade da população do mundo, submissas, incapazes e caladas é fundamental. Assim, através dos tempos, foi se firmando a idéia de que faz parte da "natureza da mulher" essa submissão e passividade.

Mas a partir dos movimentos e das organizações de mulheres, essa mentalidade está mudando.

A própria mulher vem descobrindo que tem direitos, tem valores e que tem uma palavra a dar nas decisões.

A "Campanha da Fraternidade" de 1990, da Igreja Católica, faz todo mundo refletir: Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d'Ele.

A mulher não é cópia do homem. Ela é outra pessoa, outra criação de Deus. Tem um jeito diferente de ser, de pensar, de ver as coisas. Mas esse jeito não é inferior ao do homem, é distinto.

4.2. A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA DO CAMPO

No Brasil, um quarto das mulheres vive no meio rural. Estão nas posses, nas terras arrendadas, nos assentamentos, ou trabalhando como assalariadas ou bóias-frias nas colheitas de cana-de-açúcar, café, algodão, laranja, uva, fumo, cacau, alho, coco, tomate, etc.

Onde quer que estejam, trabalham na roça e como donas de casa desempenham a "dupla jornada de trabalho".

A luta pela permanência ou conquista da terra não tem sido enfrentada só pelo homem, é assumida também pelas mulheres e até pelas crianças.

Ter terra e permanecer nela, significa defender a vida da família, impedindo que ela se desfaça.

Hoje, em muitas regiões do Brasil, existem "viúvas de maridos vivos", pois tendo perdido as terras, os companheiros tiveram que buscar trabalho nos garimpos, nas construtoras ou fazendas distantes; as mulheres ficam sozinhas, assumindo o sustento dos filhos e muitas vezes os maridos desaparecem sem dar mais notícias.

4.3. A VIOLENCIA NO CAMPO

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais foram traídos pelo governo e pelos políticos que escreveram a Constituição, nela tornaram praticamente impossível a Reforma Agrária no país, o que contribuiu para que a violência dos "donos da terra" crescesse.

Foto: Arquivo CPT



Dona Bila (Severina Rodrigues da Silva), morta em Alhandra, PB, em 30/03/89. Moradora da Fazenda Gujuri 2 - Conde PB

Nesses momentos de confronto, vemos com que coragem e valentia as mulheres se colocam à frente de suas famílias para enfrentarem policiais e pistoleiros, que querem expulsá-las da terra.

Na medida em que as mulheres participam da luta pela terra, cresce contra elas a violência.

As mulheres no campo, além de sofrerem as mesmas violências que os homens, como ferimentos, prisão ilegal, torturas, tentativa de assassinato, morte, sequestro, são vítimas de outros tipos de violências que as atingem mais profundamente e no mais profundo do seu ser como estupro e abortos provocados pelos maus tratos.

Muitas vezes, ela não consegue reagir à força bruta dos policiais e jagunços, o que a torna mais exposta à repressão. Mas, nas lutas elas têm formas próprias e novas para agir, como aconteceu com as mulheres do povoado do Centro dos Aguiar, município de Lago do Junco, no Maranhão.

Até 1960, no Centro dos Aguiar viviam mais de 200 famílias e a terra era comum de onde tiravam o sustento.

Com a demarcação pelo IBRA em 1969, as terras passaram a pertencer a 4 proprietários e o resto das famílias que moravam lá há 60 ou 70 anos tiveram que enfrentar polícia e pistoleiros para permanecer na terra.

Muitas vezes os homens tiveram que fugir e permane-

cer dias no mato e as mulheres é que ficavam cuidando da casa e dos filhos, enfrentando as ameaças da polícia, que tentava descobrir através delas, onde estariam escondidos os homens.

No dia 17 de julho de 1989, a polícia fez um cerco, puseram fogo no mato, na tentativa de fazer os homens saírem, mas o fogo não pegou. Não conseguindo apanhá-los, a polícia forçou cinco mulheres a irem à delegacia e lá começou o interrogatório.

Chamaram Dona Francisca:
- *Conhece o Francisco? Conhece o Camarão?*
Francisca respondia evasivamente.
- *Conhece ao menos o seu cachorro?*
Ela respondeu: - Quem é meu cachorro?
O Sargento falou: - Os valentes aqui somos nós!
Francisca: - E nós somos os moradores.
Sargento: - Você podia ficar logo presa aqui!
Francisca: - Só se for amarrada.
Sargento: - Desta vez eu te solto mas na próxima vou te deixar na lama! Pode ir mas não sai de casa!
Chamaram depois Dona Júlia, mãe de dois filhos, grávida do terceiro. Ela se negou a ir para a Delegacia. O soldado falou: - Ou amarrada ou montada você tem que ir. Ela foi.
Perguntas do Sargento: - Quantos homens tem no mato? Diga pra eles que vou fazer uma visita para acabar com a malandragem deles. D. Júlia nada respondia. - É bom sumir daqui, senão não vai sobrar nada de você! , acrescentou o Sargento.
Ainda falou: - A buchudinha tem a boca dura. Só vai amolecer quando eu bater de pau!
Chamaram dona Rita, mãe de 10 filhos. Ela estava com uma filha pequena.
O sargento falou, olhando para a criança: - Faz pena matar um lavrador e deixar uma criança tão bonitinha sem pai.
A polícia continuou vasculhando o mato e tentou comprar uma jovem de 15 anos: - Eu te pago bem pago, se disser onde estão os homens! Nada conseguiram.
Noutra ocasião a polícia procurava um lavrador, pararam de manhãzinha uma mulher na estrada e disseram: - Você vai mostrar onde mora o Buzunga. Ela levou o policial até a casa dele e viu que já havia se levantado. Ficou parada e apontou para um alto, dizendo: - Estão vindo a casa lá em cima? Podem ir que não tem erro. Eles acreditaram e subiram. A mulher ardeou a casa e avisou: - Vai-te embora! Ela seguiu sua estrada e quando os soldados voltaram mais tarde, acharam a casa do Buzunga vazia.

Certamente muitos outros fatos parecidos estão acontecendo todos os dias em outros cantos do Brasil e não estão sendo contados.

4.4. ESPERANÇA DE MUDANÇA

Diante de toda essa violência contra a mulher do campo, nasce uma esperança: a crescente tomada de consciência de sua situação as têm levado a descobrir a raiz dessa opressão.

Ainda estamos no começo dessa mudança de mentalidade, mas na medida em que aumenta nas mulheres e nos homens a consciência da igualdade, da reciprocidade e da corresponsabilidade na construção da vida, esse novo homem e essa nova mulher vão fazendo surgir a nova sociedade justa, solidária e democrática.

“CANSADOS DE ESPERAR... QUEREM TERRA”

Um exemplo da capacidade de mobilização organizada dos camponeses em luta pela sobrevivência e pelo futuro de suas crianças, foi a ocupação da Granja Arvoredo, em Ronda Alta (RS), no dia 19/09/89.

Vindas da Encruzilhada Natalino, 180 famílias sem terra ocuparam a área, de propriedade de Volocir Portela, arrendada por Armando Barleto e Guido Hommerling. A Brigada Militar colocou barreiras nas estradas para impedir a chegada de mais famílias. Decididos a não sair sem alguma garantia, os sem-terra lembraram que já estão “cansados de esperar” e falaram: “estamos na época de começar a plantar e continuamos sem um pedaço de terra para fazer uma lavoura. Os colonos estão cansados de promessa, querem terra.”

A imprensa fez um grande barulho a respeito dessa ocupação, inclusive divulgando que alguns sem-terra estavam armados de espingardas. Eles passaram momentos difíceis com as ameaças da Brigada Militar que os cercava e de elementos ligados à UDR que rondavam o acampamento. Passaram pela falta de alimentos, remédios e até por acusações indiretas de treinamento de guerrilha (o governador do RS teria denunciado o fato, mas ele negou ter feito a denúncia).

No dia 22/09/89, o Juiz de Ronda Alta, Nereu Giacomoli atendeu ao pedido de reintegração de posse encaminhado por Armando Barleto e Guido Hommerling. Deu o prazo até 25/09/89 para que as famílias deixassem o local. Elas conseguiram apoio de diversas entidades do Estado e do País. O Nereu Giacomoli, no dia marcado para a saída das famílias, estendeu o prazo para o dia 28/09/89.

As mulheres acampadas formaram o “Batalhão Rose” para combater ao lado dos homens em caso de enfrentamento com a Brigada Militar.

Uma reunião entre os sem-terra e o FUNTERRA (Programa de Terra do Governo do RS, na gestão Pedro Simon) chegou a um impasse porque os acampados não aceitaram a transferência para Bagé, dizendo que “lá não dá para plantar milho e soja.” Além disso, em Bagé, os assentados nas Colônias Nova e Médici já reivindicavam que os novos assentamentos fossem para as pessoas da própria comunidade, onde 100 famílias reivindicam terra.

Enquanto continuava tensa a situação no acampamento, o comandante do 3º Esquadrão da Brigada Militar acusava o Padre Arnaldo Fritzen e o presidente do STR de Ronda Alta, Ademir Bento, como “os principais responsáveis pelas invasões de terra na região”.

5. A DEFESA DA VIDA E A



Agricultores ocupam o Palácio do Governo em Rio Branco, AC (março de 1989)

Pela Lei de Terras de 1850, os camponeses brasileiros ficaram ainda mais impedidos de conquistar o direito à terra. Os donos do poder político e econômico da época, instituindo o “direito de propriedade da terra” transformaram em mercadoria o verdadeiro direito à terra. Com isso, implantou-se a propriedade capitalista no campo. Porém ter acesso a ela somente os que têm capacidade financeira para comprá-la. Para os cidadãos sem terra sobravam 3 alternativas:

- trabalhar nas fazendas instaladas;
- ir para as cidades em busca de serviço e
- apossar-se de alguma terra livre.

O privilégio da minoria que controla quase toda a terra no Brasil afirmou-se sobre o sangue dos que vêm lutando, há mais de cem anos, pelo direito à terra. A principal forma de luta tem sido a ocupação de terras.

A história do Brasil mostra muitas lutas de famílias camponesas pela terra. É o que aconteceu em Canudos (BA), no final do século passado; na região do Contestado (SC e PR), entre 1912 e 1916; as Ligas Camponesas, no Nordeste, nos anos 60; e Trombas e Formoso (GO), com início nos anos 40 até a década de 60.

O governo tem usado métodos de repressão contra os que lutam pela conquista do chão. Nos últimos anos, impõe um casamento vantajoso para as classes dominantes: a aliança entre o grande capital urbano e a grande proprie-

dade. Além disso, favorece a modernização da grande produção para dificultar ainda mais as condições dos sem terra e dos pequenos agricultores.

As classes dominantes esvaziaram a possibilidade de uma Reforma Agrária democrática e popular com o Golpe Militar de 1964, depois com o PNRA e, finalmente, com a afirmação de “terra produtiva” na Constituição de 1988.

Todas as frustrações vividas ao longo do tempo vão levando os camponeses à conclusão de que têm de conquistar a terra com seu esforço. Que não vão ganhá-la dos proprietários capitalistas. Por isso, a luta pela terra se torna, cada vez mais, uma luta contra o capital.

5.1. CONQUISTA E DEFESA DA TERRA: UMA INICIATIVA POPULAR

Conseguindo vitória na Constituinte, proprietários, UDR e jagunços, com o apoio dos governos estaduais e suas polícias militares – com ou sem ordens judiciais – tratam o camponês como um marginal. No primeiro ano da nova Constituição aumentou a violência contra pessoas no campo (agressões, ameaças de morte, tentativas de assassinato, prisões ilegais...).

De outro lado, as ações populares para conquistar e defender a terra também cresceram em organização, cons-

ciência e criatividade. Eles continuam abrindo, com firmeza, o caminho da legitimidade da luta popular pela terra.

Nos últimos anos, essa luta deve muito ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nascido de própria luta, no Sul do país, ele foi pensado como uma ferramenta para dar mais força às lutas dos sem terra. Cresceu, juntou experiência. É mais forte no Sul e Nordeste, mas procura implantar-se em todas as regiões. Como a conquista da terra é muito difícil, seria muito importante que o MST soubesse valorizar a riqueza das experiências populares na secular luta pela terra. E que ajudasse a somar as forças de toda a sociedade favorável a esta Reforma Agrária feita pelo povo. Para realizar isto, ele precisaria mudar um pouco o seu jeito de organizar as lutas, valorizando a experiência e o pensamento dos sem terra das diferentes regiões. Além disso, para somar forças, seria importante valorizar o que há de verdade no pensamento e na prática de outros movimentos sociais e organizações políticas, evitando o isolamento.

Além das ações organizadas pelo MST, camponeses sem terra tomaram iniciativas, apoiados por sindicatos, pela CPT, por igrejas e por outros organismos. É preciso dizer que são poucos os sindicatos que assumem de verdade lutas pela terra. E a Pastoral da Terra também poderia ter feito mais do que fez. De todo modo, por serem menos conhecidos, destaquemos algumas ações em que entraram os sindicatos.

Na fazenda Curral de Pedras, em Conceição do Araguaia (PA), mais de 200 famílias de posseiros enfrentavam pressões da Agropastoril Indústria de Madeira (AGRI-SA), da família Gomes Reis. Por meio do STR de Conceição do Araguaia e outras entidades, os posseiros reivindicam do INCRA vitória na área para desapropriação.

De 27 de junho a 1º de julho ocuparam a sede regional do INCRA em Conceição e conseguiram uma relativa vitória: foram feitas duas vitórias, uma em agosto, outra em novembro.

Na ocupação do INCRA estavam juntos com os posseiros de Curral de Pedra, os da fazenda Lontras, também em Conceição do Araguaia. Eles estavam em conflito com o Dr. Maurílio José Machado, que colocou pistoleiros na área, praticando diversas violências. O superintendente regional do INCRA prometeu atender às reivindicações. O fazendeiro concordou com a desapropriação, desde que fosse indenizado (julho/89).

Na fazenda Vera Cruz, em Conceição do Araguaia (PA), o fazendeiro Alfredo Alves da Costa entrou com ação judicial para despejar os posseiros e conseguiu. O STR e outras entidades reivindicam ao INCRA agilização do processo de desapropriação. Os lavradores retornam à área e continuam trabalhando nas roças (março/89).

Em Rio Maria (PA), 18 famílias ocuparam a fazenda Três Irmãos, de Waldomiro

Fazenda São João dos Carneiros é o nome de uma grande vitória da luta pela terra em 1989. Aproveitamos este relato, através da literatura de cordel, feito pela irmã Teresa Cristina, de Quixadá-CE. Eis, então alguns versos de:

A HISTÓRIA DOS TRABALHADORES DA FAZENDA SÃO JOÃO DOS CARNEIROS

01. Numa pequena fazenda
Depois de uma missão
Foi feito um primeiro encontro
Quando chegou o patrão
Dizendo não permitir
Que fizessem reunião.
02. Um dia saiu um boato
Que o patrão tinha vendido
A referida fazenda
A um médico desconhecido
Sem avisar aos posseiros
Que já tinham preferido
03. Do triste acontecimento
A turma foi informada
Todas as benfeitorias
Tinham entrado na enrolada
Suor de quarenta anos
Foi injustamente roubado
04. Uma ação de preferência
Na justiça deu entrada
Começaram as agressões
A opressão organizada
Envenenaram animais
E a água foi trancada.
05. Assim passaram dez meses
De espera e tormento
Com muita humilhação
Aguardavam o julgamento
Mas pra justiça corrupta
Não importa sofrimento.
06. O cerco foi apertando
Pra aquela gente sofrida
Só se falava em despejo
E ameaças de vida
Sem nenhuma garantia
A classe era perseguida.
07. Depois de muitos encontros
Chegaram a uma conclusão
Trinta famílias iriam
Fazer aquela ocupação
Era a única saída
Pra resolver a questão.
08. Dia e hora foi marcado
Ficou tudo combinado
Como se ia fazer
E quem seria informado
A divisão de tarefa
Tudo ficou programado.
09. Mas em toda terça-feira
Tinha muita apreensão
Com ameaças de despejo
Era aquela aflição
Mas Deus sempre protegeu
Nos livrou da humilhação.
10. Pra desapropriação
O governo apressar
Fomos acampar no INCRA
Três dias ficamos lá
Só voltamos com a certeza
Que iam nos apoiar.
11. Disfarçada de repórter
A UDR foi lá
Verificar o ambiente
Para poder atacar
A turma inexperiente
Nem chegou desconfiar.
12. Perto do acampamento
Uma senhora pegaram
Com um revólver na cabeça
Sua boca amordaçaram
Ameaçando matá-la
A roupa e bolsa rasgaram.
13. Vinte e quatro de outubro
Não podemos esquecer
Quando Sarney viajou
E Paes ficou no poder
A desapropriação
Ele procurou fazer.
14. Não foi feito o pagamento
O dinheiro foi desviado
Foi mais uma decepção
Pra quem já estava cansado
De novo Sarney viaja
E Paes assume o reinado.
15. Agora o dinheiro sai
Disto nós tínhamos certeza
A ausência de Sarney
Pra nós era uma beleza
Rebuzente a verba veio
Pra amenizar a dureza.
16. Foi válida a experiência
E muita gente cresceu
Uma lição pro opressor
A nossa turminha deu
A força da organização
Muita gente percebeu.
17. Que nossa luta continue
Os companheiros se unir
Desafiando a UDR
Terra livre conseguir
E assim uma nova História
Bem Depressa vai surgir.

Gonçalves de Paula. O fazendeiro processou o STR de Rio Maria. Depois os posseiros fizeram acordo com o fazendeiro, deixando a área mediante indenização (março/89).

Ainda em Rio Maria, o fazendeiro Geraldo de Oliveira Braga expulsou várias famílias da área e forçou outras a receberem baixas indenizações. O STR de Rio Maria participou das negociações e seu presidente, Expedito de Sousa, foi ameaçado de morte. O STR fez várias denúncias de perseguições e até assassinato na área.

Em agosto foram presos o sindicalista Orlando Canuto e o posseiro Carlos Cabral. Soltos, passaram a ser ameaçados de morte.

O presidente do STR de São João do Araguaia (PA) recebeu ameaças de morte por causa de seu apoio à luta pela terra, movida pelos camponeses da região (outubro/89).

Em São João da Aliança (TO) o delegado sindical Luiz Sobral sofreu uma tentativa de assassinato em janeiro, por pistoleiros do fazendeiro Jair Rocha (da UDR). O presidente do STR de São Sebastião do Tocantins foi preso quando ia denunciar a prisão e maus tratos sofridos por lavradores. Ao lado de outras entidades, a FETAET (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins) denuncia o desaparecimento de posseiros e o clima de terror na região. Faz essas denúncias ao governador pessoalmente, junto com a CPT, Comissão Justiça e Paz e o Bispo de Tocantinópolis, D. Hilário.

Na fazenda Terra Prometida (TO), o pistoleiro José Pereira revela que matara "por engano" o posseiro Pedro Alves da Silva. Queria matar o presidente do STR de Buriti, Geraldo Barbosa, o tesoureiro da FETAET, Antônio Pereira dos Santos, a vereadora do PT, Lourdes Goi, e o delegado sindical Luiz Sobral.

Reivindicando divisão de áreas, águas, sementes e alimentação, mais de 100 famílias da área chamada "Nova Posse" ocuparam a sede do INCRA em Bom Jesus da Lapa (BA), no mês de setembro de 89. Além do STR do município, os posseiros contaram também com o apoio do STR de Santa Maria da Vitória.

No município de Saúde (BA), o STR agiu no sentido de impedir o despejo de 90 famílias sem terra que ocuparam a fazenda Ponta da Serra, em agosto de 89. O despejo foi realizado com violência e junto com representantes dos sem terra. A presidente do STR de Saúde, Maria Correia, foi a Salvador denunciar o ato. Exigiu que a área seja desapropriada e que os responsáveis pelas

violências praticadas sejam punidos.

No Espírito Santo, município de Pedro Canário, num confronto na fazenda Ipueiras, foi morto o fazendeiro José Machado Neto. A partir deste fato, a PM e pistoleiros desencadearam uma série de violências na região, com ações programadas. Vários sindicalistas, membros da CPT e representantes dos sem terra são perseguidos e ameaçados. No dia 19/06/89, o tesoureiro do Diretório Municipal do PT de Linhares, Paulo Damião Tristão, também ligado ao movimento sindical, foi assassinado. Exatamente um mês depois, no dia 19/07/89, foi a vez de Verino Sossai, secretário do STR de Montanha e presidente do Diretório do PSDB.

No dia 12/09/89 foi assassinado o dirigente sindical da Associação dos Trabalhadores Rurais de Pedro Canário, Valdício Barbosa dos Santos. Nomes de vários outros dirigentes sindicais faziam parte de uma lista de "mercados para morrer" que corria na região Norte do Estado.

No Acre, o STR de Xapuri mostrou vídeo denunciando um desmatamento ao Ouvidor da Natureza, Renato Torrano, do Ins-

tituto do Meio Ambiente. O ex-prefeito de Rio Branco, Adalto Aragão e Silva teve que parar o desmatamento e pagar uma multa (abril de 89).

— No seringal da Boca do Lago, também em Xapuri (AC), o STR trabalhou junto com os posseiros e conseguiram, no dia 9 de junho de 89, impedir a derrubada de 100 hectares da floresta do seringal, de propriedade do ex-padre Danilo Link (9 de junho de 89).

— No Mato Grosso, município de Rondonópolis, foi assassinado, a 22/06/89, Assis Vieira de Sousa, dirigente sindical, que tentava solucionar uma divergência de limites de terra com o fazendeiro Ademir Salvador Dograis. Na mesma ocasião houve um atentado à vida de Raimundo Nonato da Silva, secretário do STR de Rondonópolis. Ele acabou sendo assassinado a 10/06/89, quando ia participar de uma assembléia do sindicato. Os dois dirigentes sindicais tiveram atuação destacada nas negociações da divisão da Gleba Várzea do Ouro, em Rondonópolis.

Foto: Chelsida



Encontro dos Povos da Floresta, em Rio Branco, AC (30 de março de 1989)

6. OS POVOS DA FLORESTA, GUARDIAES DA AMAZÔNIA

A defesa da floresta amazônica tornou-se manchete de V, assunto de jornais, revelando forte preocupação a níveis nacional e internacional. As imagens de devastação (queimadas, garimpo, genocídio dos Yanomami) continuam provocando indignação, protestos e passeatas. Não há como negar essas aberrações. Mas é preciso dizer bem alto que as populações da Amazônia estão dando lições, ensinando que preservação é que garante uma vida melhor. Elas já tomaram muitas iniciativas, maioria das vezes longe das câmeras de televisão e microfones dos repórteres. Queremos apresentar aqui dois exemplos dessas iniciativas: a defesa dos lagos no Amazonas e a criação de reservas extrativistas no Acre.

6.1. A DEFESA DOS LAGOS E PRESERVAÇÃO DOS PEIXES

A rede fluvial do rio Amazonas concentra cerca de 30% das águas doces do Planeta. Com tanta água rolando,

o peixe não deve faltar, pode-se pensar. Nada mais errado. As populações (índios, ribeirinhos, lavradores, pessoas de Manaus) já estão sofrendo a falta de peixe. Numa reunião no município de Alvarães (AM), um participante dizia: "Daqui a alguns anos, quando a gente for falar de pirarucu pros nossos filhos e netos, a gente vai ter que mostrar o retrato do peixe." E outra pessoa acrescentou: "Se você tiver um retrato".

O peixe, tartaruga e tracajá estão desaparecendo por causa da pesca predatória. Barcos pesqueiros invadem lagos com arrastão, acabando com o pescado. Os melhores peixes vão para a exportação e para os grandes hotéis da capital.

Frete a essa situação, centenas de comunidades no Amazonas se mobilizaram para criar comitês de pesca e proteção de lagos de preservação. As ações de preservação de lagos e rios são mais desenvolvidas nas áreas de Tefé, Coari, São Paulo de Olivença, na região do Médio e Alto Solimões, Itacoatiara e Parintins, na região do Médio Amazonas. Estes lagos são a fonte básica de toda a alimentação das populações ribeirinhas. A civilização moder-

BÚFALOS ATACAM BAIXADA MARANHENSE

Desde 88, temos registrado manifestações do povo, contra búfalos. No distrito de Gameleira (município de Rosário), a população chega a ser menor que o rebanho bufalino: são 10 mil pessoas para 15 mil animais. Em toda a região compreendida pelos municípios de Rosário, Anajatuba, Santa Rita e outros, os camponeses e pescadores padecem com a intrusão dos búfalos, imposta pelos fazendeiros locais. Os búfalos destróem o peixe dos lagos e açudes e não respeitam a cerca dos camponeses, ou seja, não respeitam nem o povo e nem a ecologia.

As manifestações de apelo e alerta realizadas, pacificamente, não foram levadas em conta. Então, os pescadores e lavradores se viram na obrigação de defender o seu trabalho, as roças, os pastos e os açudes que eram destruídos. Com eles se iam o alimento das famílias, das criações, a água potável e também os peixes. Até as roupas penduradas nos varais eram comidas pelos búfalos. A lei garante a legítima defesa. E então os sempre atíngidos lavradores começam a matar os que lhes tiravam a vida. Dizem que entre duas a três mil cabeças foram abatidas, em 1989, de um rebanho de mais de 40 mil.

Mas quando o povo reagiu, a UDR entrou em cena para "cobrar das autoridades estaduais e federais, uma atitude contra a reação dos camponeses". Com isso, a polícia, forçosamente quis garantir ilegalmente a situação. Efetuou várias prisões de lavradores, destruiu lavouras, alimentos e ameaçou espancar menores filhos dos camponeses, já tão prejudicados pelos búfalos.

Um ato extremamente trágico, aconteceu em setembro, no dia 29, quando o pequeno proprietário Ananias Garcia do Nascimento, com 71 anos, foi morto por dois búfalos. Ananias morreu, justamente no momento em que ia tocar os animais que haviam invadido e destruído sua roça. Os búfalos imprensaram o lavrador contra um tucunzeiro espinhoso, provocando sua morte.

Mas um sinal de esperança começou a ser concretizado, a partir da reação dos camponeses. A repercussão do fato fez com que fosse proposto e aprovado na Constituição do Estado do Maranhão, um dispositivo determinando o confinamento dos búfalos, que além de provocar desequilíbrio ecológico, conforme parecer do IBAMA, destrói a vida dos camponeses, assim como os seus donos.

na inventou a geladeira, que deve ser abastecida e consome energia. Os lagos são imensos viveiros, oferecendo, quando protegidos, uma farta alimentação no ano todo, sem consumir energia. Poucos adeptos do progresso descobriram isso e ainda menos as autoridades locais e federais. Perante esse descaso, os comitês de pesca iniciaram a defesa dos lagos. Estes comitês organizam grupos que vigiam dia e noite os lagos. Nos lagos de preservação, a pesca é proibida o ano inteiro, enquanto nos lagos de manutenção, os ribeirinhos podem procurar sua alimentação, obedecendo a algumas regras. Em menos de um ano, os comitês de pesca de Alvarães, no Médio Solimões, fizeram 5 reuniões. No primeiro encontro em 1988, tinha 12 comunidades. O quinto já reuniu 28 comunidades e 145 pessoas.

Os próprios relatórios dos encontros demonstram muita organização e solidariedade. Os participantes descobriram o valor das lutas indígenas. Numa reunião, o índio Cambaba declarou que, desde 1977, seu povo já vinha tentando guardar os lagos e hoje se sentiu fortalecido. Um outro índio ofereceu o barco da comunidade para defesa do pescado. A solidariedade se manifesta no almoço comunitário: "Ao meio-dia foi a hora da partilha do lanche que cada comunidade levou. O bobó estava muito gostoso e o mingau de milho verde também."

Pensando no futuro, são dezenas as comunidades mobilizadas para apresentar leis municipais de pesca. Em Fonte Boa (AM), a mobilização resultou na aprovação em 11/09/89 de uma lei garantindo o direito do povo preservar seus lagos de procriação e manutenção, demarcados para esse fim.

Já há três anos, houve encontros a nível estadual de ribeirinhos e pescadores artesanais, com apoio da CPT-AM/RR. Em 1990 representantes indígenas participaram do Encontro em Manaus, trazendo suas ricas experiências de preservação.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do AM não perceberam ainda a importância dessa luta. Ocorreram fatos em que membros das comunidades, sindicalizados, foram presos devido a conflitos com a pesca empresarial de armadores-geleiros e as direções sindicais não tomaram providência na defesa de seus associados.

6.2. AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

O projeto Reserva Extrativista deve ser bem entendido. Não é uma volta ao passado, nem um cartão postal apresentando soluções para todos os problemas da Amazônia. Não se trata de manter a floresta como um santuário intocável e menos ainda de apresentar como ideais as condições de vida dos trabalhadores extrativistas. A vida de muitos seringueiros, ainda hoje no Acre e no Amazonas, é de sujeição aos seringalistas, patrões de barracões e de regatões. Eles cobram a renda da borracha e vendem a mercadoria, "tirando o couro dos seringueiros".

A idéia de Reserva Extrativista brotou do suor, lágrimas e sangue dos seringueiros do Acre, principalmente de Brasília e Xapuri. Chico Mendes, líder sindical e defen-

Arquivo CPT



sor da floresta, explicava antes de sua morte. "Veja bem: até 1984, a gente realizava os empates (mutirão de homens e mulheres para impedir a derrubada de seringais), mas não tínhamos muita clareza do que queríamos. Sabíamos que o desmatamento era o nosso fim e de todos os seres vivos existentes na selva. Mas a coisa terminava aí. Estava aí o impasse. A resposta veio através da Reserva Extrativista. Vamos utilizar a selva de forma racional, sem destruí-la. Os seringueiros, os índios, os ribeirinhos, há mais de 100 anos ocupam a floresta. Nunca a ameaçaram."

Existem hoje cerca de 30 produtos que podem ser coletados da floresta sem derrubá-la: leite da seringa, plantas medicinais, resinas, óleos vegetais, castanhas e outras frutas tropicais.

Na Amazônia, o modelo de ocupação, imposto pelo Estado, foi quase sempre destruidor. Enormes derrubadas para criar pastos mal zelados, barragens provocando inundação de grandes extensões de terra (Tucuruí-PA e Balbina-AM). Os pequenos produtores (colonos e posseiros) que se acham sem recursos, derrubam a cada ano para plantar lavoura branca. Nasce a capoeira ou juquira, cresce a dívida na mão dos comerciantes e dos bancos.

O projeto Reserva Extrativista mostra a grande capacidade dos trabalhadores de fazer coisa nova. Corresponde a uma percepção diferente do progresso que alguns chamam de "desenvolvimento auto-sustentado": saber usar a floresta sem destruí-la.

Este projeto tenta combinar três dimensões: alternativas econômicas adaptadas a certas regiões da Amazônia; promoção do bem-estar das populações extrativistas; preservação da floresta para as futuras gerações.

1 - As Reservas Extrativistas são uma alternativa entre o latifúndio improdutivo e a colonização oficial ou privada. Elas garantem aos seringueiros o direito de viver nas suas colocações, extraindo da mata suas riquezas sem destruí-la. O seringueiro não está interessado pelo título da terra, não quer a demarcação da floresta em lotes, como exige o INCRA. Ele quer o usufruto da floresta, enquanto o título das Reservas Extrativistas pertence à União.

2 - O projeto implica várias iniciativas, visando melhoria real para os trabalhadores, como escolas, postos de saúde, cooperativas, sob a direção dos trabalhadores. Ao contrário dos projetos oficiais, impostos goela abaixo, os seringueiros apresentam formas de solidariedade extremamente bem adaptadas à sua cultura e tradição.

3 - As Reservas Extrativistas, enfim, garantem a preservação da floresta e, portanto, o futuro das

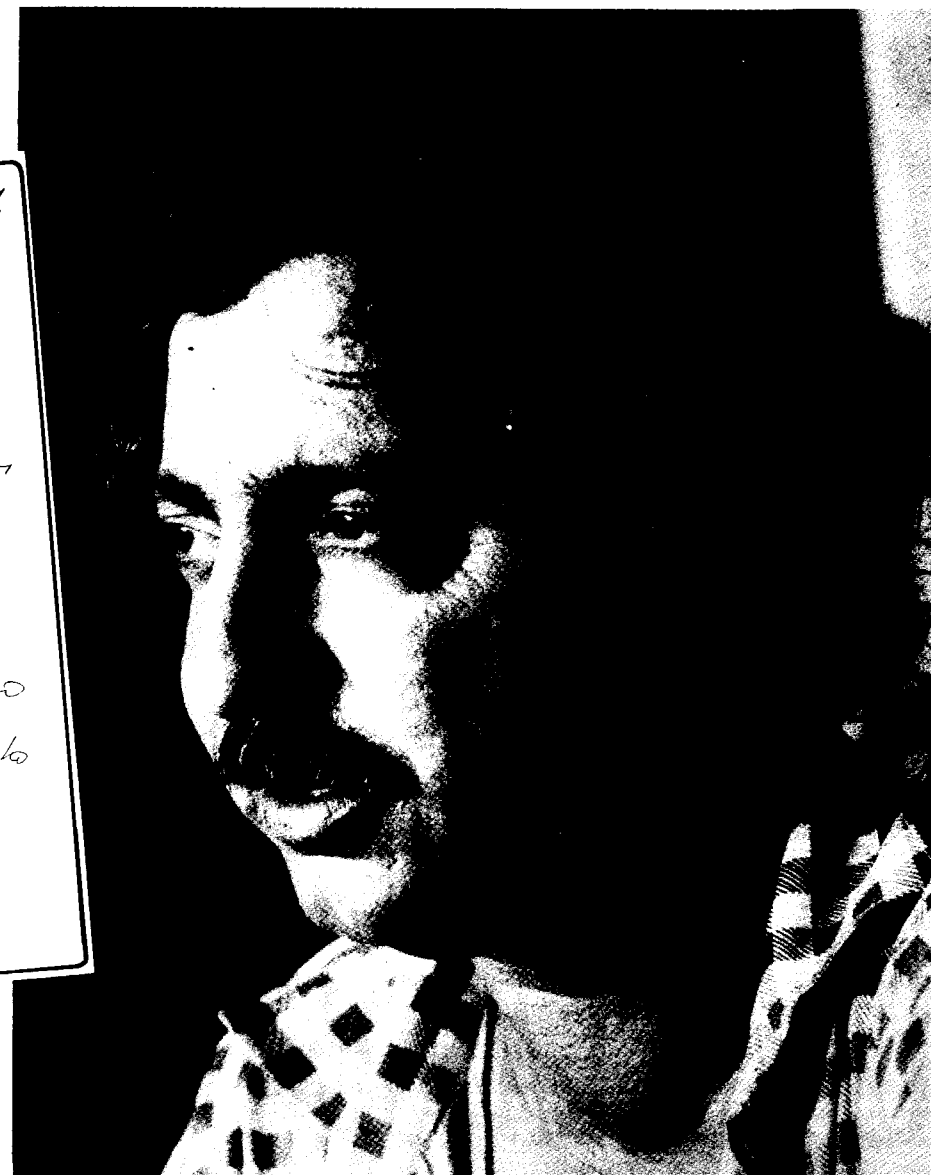
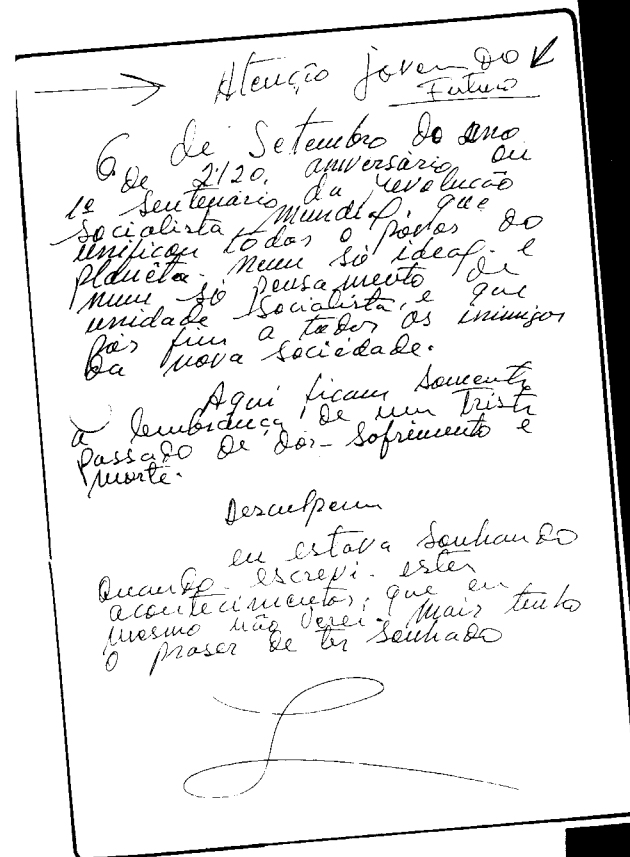
próximas gerações. Este projeto, no entanto, é adaptado a populações nativas e de difícil implantação com migrantes sulistas. A maioria dos pequenos produtores, impelidos pelo INCRA, considera, na sua maioria, como benéficas a mata derrubada. As Reservas Extrativistas não podem, no entanto, ser apresentadas como a única solução para a Amazônia. Elas correspondem melhor a algumas regiões do Acre, Rondônia, Amazonas e Amapá. Elas não suportam uma população densa: uma família de seringueiro precisa de cerca de 300 hectares para viver de extrativismo.

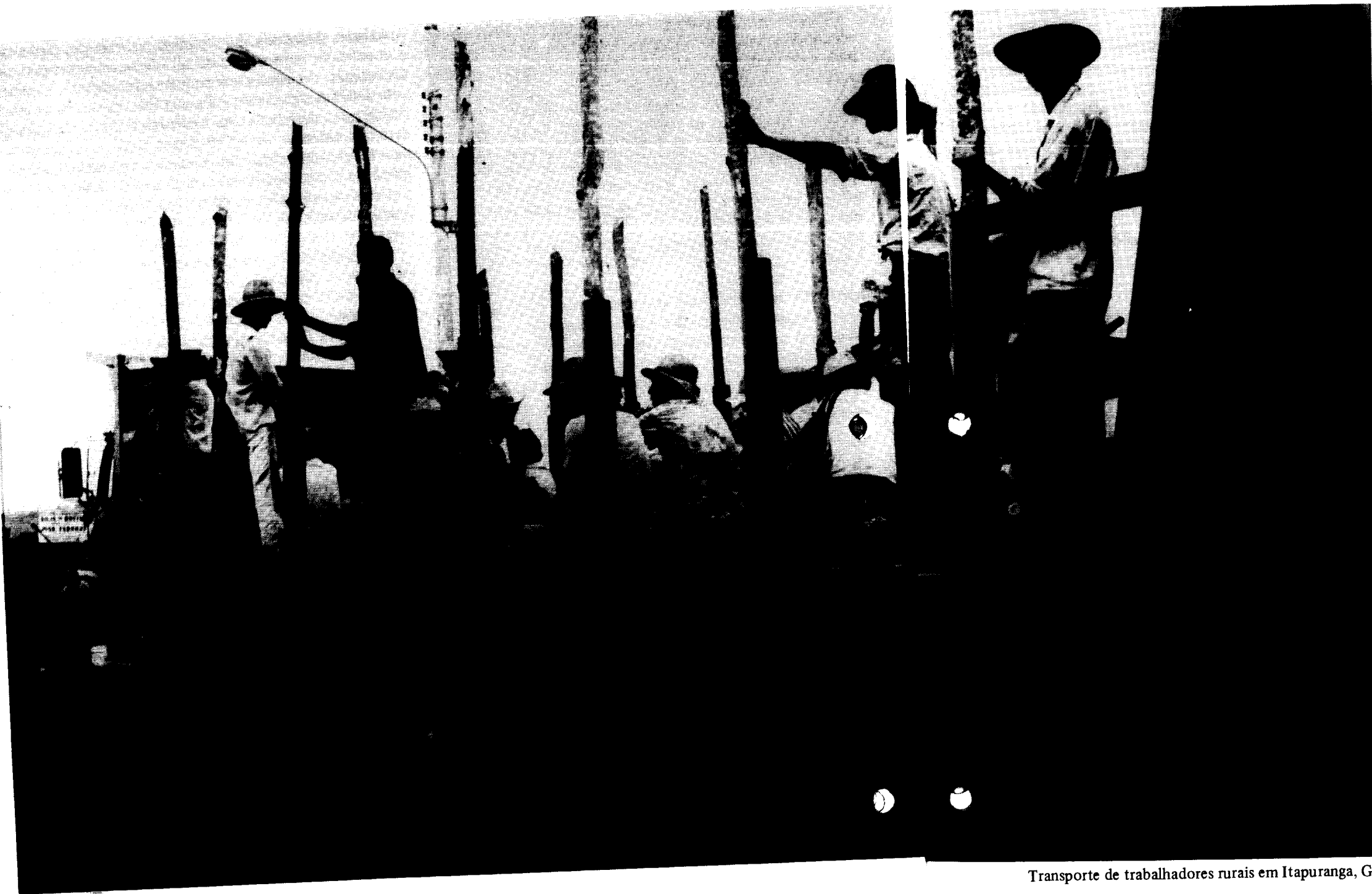
A criação de Reservas Extrativistas em 3 Estados, veio consagrar os primeiros resultados, frutos da luta de Chico Mendes e de tantos outros. Em 12/03/90, o Presidente Sarney assinou decreto para criação de:

- Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, com uma área de 970.570 hectares, beneficiando 7.500 pessoas.

- Reserva Extrativista Rio Ouro Preto, Rondônia, de 204.583 ha, para 3.410 pessoas.

- Reserva Extrativista Rio Cajari, Amapá, de 481.650 ha, beneficiando 5.000 pessoas.





Transporte de trabalhadores rurais em Itapuranga, GO

7. ASSALARIADOS RURAIS: UMA CLASSE QUE SE ORGANIZA

Nestes anos estão sendo implantados muitos projetos de empresas rurais no campo. A consequência é o nascimento de novas categorias de assalariados rurais. Além dos assalariados da cana e da laranja, há assalariados trabalhando em empresas de reflorestamento, irrigação, frutas tropicais, hortigranjeiros, etc. Eles são quase 6 milhões de pessoas. Portanto, representam um fenômeno e uma força social de grandes proporções.

Devemos, porém, ser sinceros e dizer que tanto a CPT como o movimento sindical e partidos, conhecem pouco estas categorias e pouco trabalham com elas. Mas devemos reconhecer que esta classe é dinâmica e criativa: ela começou a se organizar em cima das suas necessidades, sem esperar pelos sindicalistas ou pelos agentes. Se queremos reforçar a organização dos trabalhadores, devemos escutá-la e descobrir como ela está se organizando para exigir seus direitos. Poderemos talvez descobrir formas novas e originais de luta e de organização.

Nós sempre afirmamos que a vida do posseiro e do pequeno proprietário é sofrida e cheia de perseguições e este livrinho é uma prova disso. Mas, o pouco que conhecemos da vida do assalariado, nos abre a visão sobre um panorama igualmente triste. Só em acidentes de caminhão, nós registramos, em 89, a morte de 39 bóias-frias e o ferimento de 225, muitos deles de maneira grave. E quantos morrem ou adoecem intoxicados pelos venenos que se usam nas plantações de café, cacau, algodão, etc.?

Falando deste assunto, não podemos esquecer dos 597 trabalhadores que em 89 foram encontrados em regime de verdadeira escravidão em várias fazendas. As histórias deles são bem parecidas; vamos relatar uma que aconteceu na fazenda Reunidas, no município de Ariquapã (RO). Os donos são dois irmãos, Armando e Antônio Peralta, donos também de supermercados em São Paulo.

No começo de setembro de 1989, cerca de 180 trabalhadores receberam autorização para sair da fazenda, após várias ameaças e agressões por parte de pistoleiros, pelo fato de que se negavam a fazer trabalhos não combinados no contrato. Chegando na cidade de Várzea Grande, foram alimentados com recursos da comunidade e da Prefeitura, e contaram que não receberam salários pelos meses que trabalharam. Além disso, relataram o assassinato de 5 companheiros, conhecidos apenas pelo apelido.

Três deles, Cuiabano, Fuscão e Paulista, mesmo doentes de malária, eram "obrigados a trabalhar na derrubada de árvores. Quando já estavam sem condições sequer de se locomoverem, os "gatos" decidiram matá-los e enterrá-los na fazenda." (Diário de Cuiabá, 13/09/89). Os trabalhadores Osvaldo e Mineiro morreram quando o barqueiro Tião, virou propositalmente o barco. Todos os 5 trabalhadores tentavam sair da fazenda para denunciar à Polícia Federal a situação a que estavam submetidos com os companheiros.

Após as denúncias, a polícia foi à fazenda e achou os corpos de Paulista e Fuscão e instaurou inquérito. Os trabalhadores entraram na justiça com uma ação trabalhista.

• - ROMPENDO O CERCO... - 23



Dom Pascásio, ex-bispo da Diocese de Bacabal, MA
diante de sua casa de Retiro, queimada por pistoleiros - (agosto de 1988)

8. A FIRMEZA DA FÉ NA LUTA PELA TERRA

Nos conflitos de terra percebemos que um dos elementos que sustentam os trabalhadores rurais e suas comunidades é a vivência profunda da fé. Por isso, os latifundiários, seus pistoleiros e a polícia tentam dobrar a resistência dos trabalhadores, golpeando sua fé e seus símbolos religiosos. Vários casos acontecidos em 89 confirmam esta prática. Eles impedem comunidades de se reunirem para os cultos e reprimem manifestações da piedade popular como rezas e procissões. Invadem e destroem capelas, como na Faz. Boa Vista, município de São Felipe-BA, onde destruíram uma igreja de mais de 100 anos; em Medicilândia-PA a polícia protege os pistoleiros que, com um trator, derrubavam a capela, bem na vigília de Natal. Em Bacabal (MA), ateam fogo à casa de oração da Diocese; em Ariquemes (RO) queimam a residência das irmãs.

24 - ROMPENDO O CERCO... - •

E ainda a jagunçada chega a zombar da comunidade do Centro do Aguiar, em Lago do Junco (MA).

– “Por que não abrem a igreja? Vão buscar a Bíblia pra nós fazer uma reza.”

De noite a polícia fica curiando ao redor da capela.

Os soldados vêm perto da igreja e ficam olhando.

– “Nossa casa de oração foi profanada pelas balas dos pistoleiros.”

– Derrubaram a capela, mas não arrancaram a fé da nossa vida.”

É por isso que muitos trabalhadores de diferentes igrejas levam adiante anos e anos de lutas, apesar das perseguições. E são felizes, quando podem contar com a presença de seus pastores: nem todas as autoridades das nossas igrejas entendem como é importante para o povo sofrido,

contar com seu apoio e sua presença, mas se – como escreve São Paulo – “a caridade é a maior das virtudes” (1 Coríntios 13, 13), nenhuma igreja pode desconhecer as mil formas de sofrimento que o trabalhador rural sofre: o conflito com jagunços, a periculosidade dos agrotóxicos, a busca da organização da classe, a morte decretada pelos latifundiários ou (mais “limpa”) pelos bancos, o uso da força em ações de defesa, as mobilizações pela Reforma Agrária, as ocupações de terra, etc...

Dentro destes conflitos tão duros, devemos, juntos, saber descobrir e viver uma espiritualidade que mantenha vi-

va a esperança. Devemos, talvez, enfrentar tantas perseguições e, ao mesmo tempo, continuar a lutar pela vida, pela família, pela terra, sem chegar ao desespero.

Devemos celebrar mais estas lutas e estas esperanças: as Romarias da Terra querem lembrar esta caminhada da grande massa do povo de Deus, que vai adiante, porque sabe que pode contar com o Pai na sua vida.

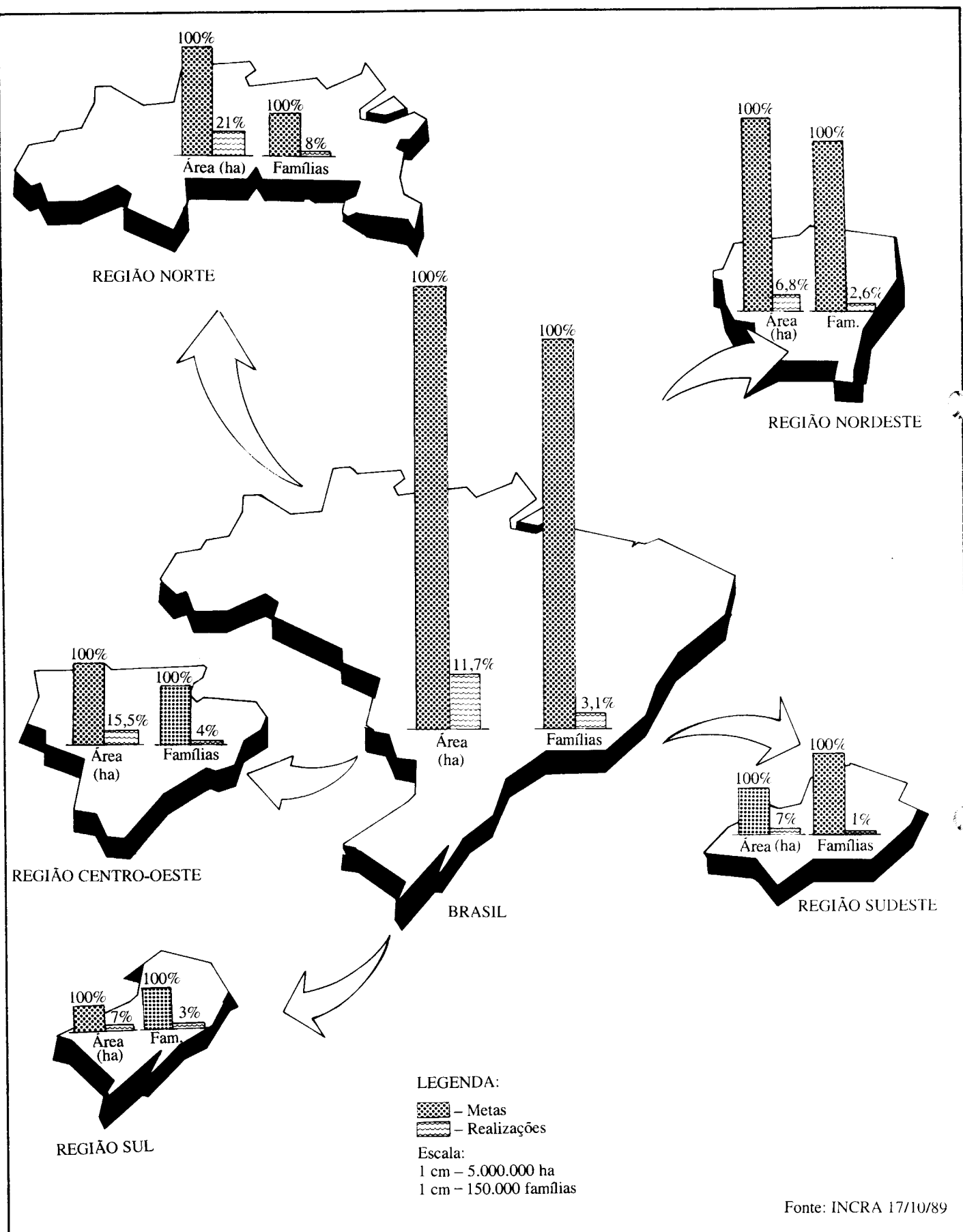
Escreve Dom Erwin, bispo de Altamira, numa carta a uns amigos: “Deus nos dará a força e a coragem para continuarmos com perseverança e anunciar a vida, onde outros querem a morte.” (11.03.90).

Foto: Antonieta de Sant'Ana



Romaria da Terra em Trindade, GO (31 de julho de 1989)

GRÁFICO: METAS E REALIZAÇÕES DO PNRA



PNRA 1985-1989: METAS E REALIZAÇÕES

UF	Desapopr. Meta (Hectares)	Desapopr. Realizadas (Hectares)	Nº Famílias a Serem Assent. (Meta)	Nº Famílias Realmente Assentadas
Norte				
AC	590.000	231.678	8.200	430
AM	2.230.000	293.596	31.000	938
AP	80.000	0	1.100	299
PA	5.420.000	1.116.014	75.200	4.233
RO	1.530.000	480.411	21.300	5.057
RR	230.000	0	3.200	280
Subtotal	10.080.000	2.121.699	140.000	11.237
Nordeste				
AL	340.000	3.307	11.400	42
BA	7.850.000	448.584	261.500	3.707
CE	1.500.000	150.129	50.100	2.283
MA	3.560.000	592.150	118.800	7.937
PB	620.000	8.896	20.600	318
PE	950.000	14.269	31.800	721
PI	3.000.000	13.231	99.900	243
RN	730.000	50.847	24.200	1.269
SE	350.000	16.681	11.700	435
Subtotal	18.900.000	1.298.094	630.000	16.955
Sudeste				
ES	290.000	8.506	18.700	350
MG	2.160.000	196.946	138.400	931
RJ	250.000	21.912	16.000	535
SP	1.670.000	80.284	106.900	1.186
Subtotal	4.370.000	307.648	280.000	3.002
Sul				
PR	1.210.000	86.066	77.900	1.942
RS	550.000	16.356	35.100	540
SC	420.000	56.343	27.000	1.805
Subtotal	2.180.000	158.765	140.000	4.287
Centro-Oeste				
GO e TO	4.520.000	341.866	125.500	1.649
MS	1.480.000	121.729	41.200	2.511
MT	1.510.000	709.593	41.900	4.249
Subtotal	7.510.000	1.173.188	208.600	8.409
Total	43.040.000	5.059.394	1.398.600	43.890

Fonte: INCRA 17/10/89

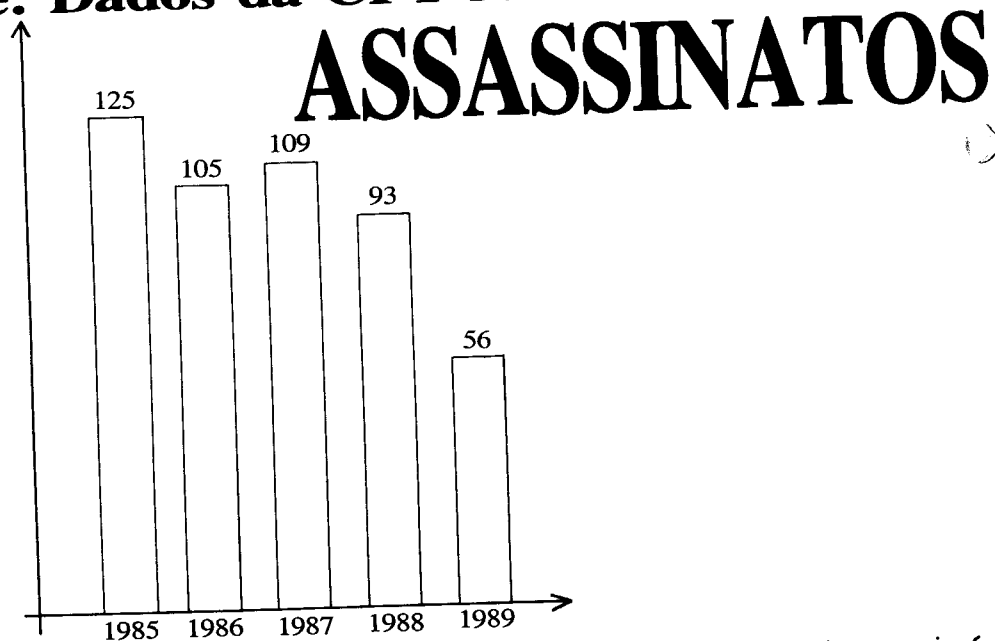
3 - QUADRO COMPARATIVO: CONFLITOS (de 1985 a 1989)

Tipos de Conflitos	1985	1986	1987	1988	1989
TERRA					
Nº Conflitos	636	634	582	621	500
Nº Assassinatos	125	105	109	93	56
Pessoas Envolvidas	405.456	594.448	667.177	403.733	192.533
Ha Conflitivos	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254
TRABALHISTA					
Nº Conflitos	76	95	109	59	66
Nº Assassinatos	14	17	24	09	09
Pessoas Envolvidas	159.185	203.521	317.406	283.780	343.980
Ha Conflitivos	-	-	-	-	-
TOTAIS					
Nº Conflitos	712	729	691	680	566
Nº Assassinatos	139	122	133	102	65
Pessoas Envolvidas	564.641	797.969	984.583	687.513	536.513
Ha Conflitivos	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254

Fonte: Arquivo CPT Nacional

QUADRO COMPARATIVO DA VIOLÊNCIA nos Conflitos de terra na Nova República (1985-89)

Fonte: Dados da CPT-Nacional

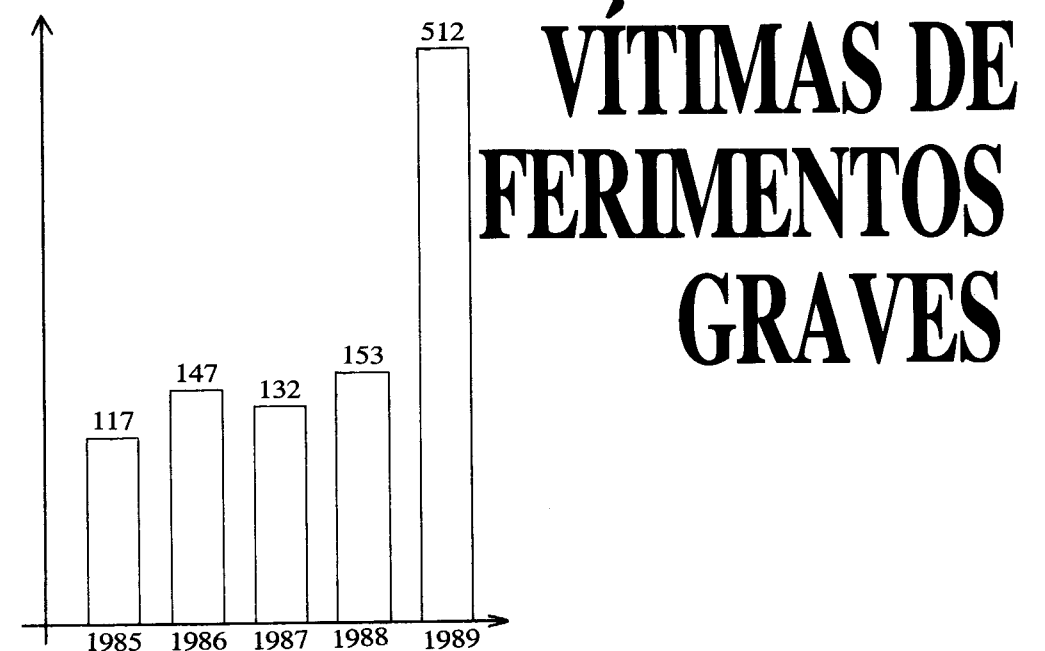


Só nos conflitos de terra nos 5 anos da Nova República houve 488 mortes de camponeses, trabalhadores rurais, índios ou pessoas a eles ligadas.

Os assassinatos são a forma de violência mais evidente da "guerra" que vem acontecendo no campo brasileiro. Neste último ano de 1989, o número de mortes diminuiu, mas cabe lembrar que, porém, um maior número de pessoas sofreu ameaças de morte (134 pessoas) ou até tentativas de assassinato (100 pessoas).

QUADRO COMPARATIVO DA VIOLÊNCIA nos Conflitos de terra na Nova República (1985-89)

Fonte: Dados da CPT-Nacional

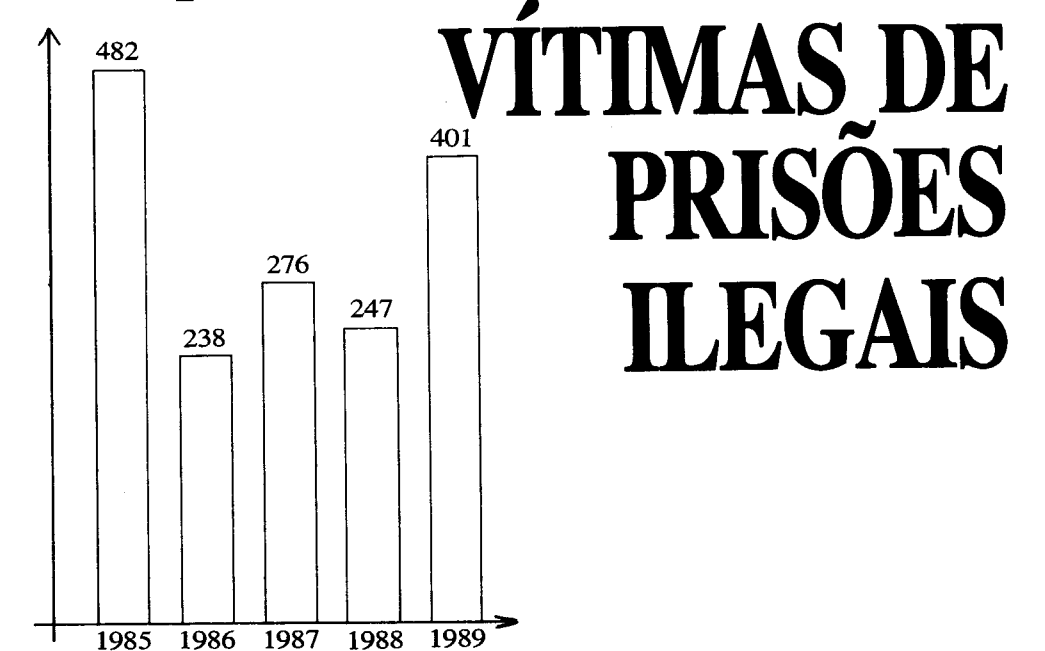


Diffícil é documentar os ferimentos graves (lesões corporais) nos conflitos de terra. Muitas vezes as vítimas nem denunciam o caso. Esta violência é obra não só dos capangas dos fazendeiros como também da Polícia.

Neste ano que passou o número das vítimas cresceu espantosamente (supera em mais de 3 vezes o número do ano anterior): consequência da repressão policial contra as ocupações de terra.

QUADRO COMPARATIVO DA VIOLÊNCIA nos Conflitos de terra na Nova República (1985-89)

Fonte: Dados da CPT-Nacional



A prisão ilegal é uma das formas de violência do Estado contra o homem do campo que mais fere a dignidade do camponês, que se sente humilhado por isso, mesmo sabendo que está sofrendo uma injustiça.

Responsável por isso é, principalmente, a Polícia, que age sem a ordem judicial.

Vejam que este ano há quase o dobro de prisões ilegais em relação aos últimos anos (1986-87-88).

**ROMPENDO O CERCO E A CERCA
CONFLITOS NO CAMPO - 1989**
É uma responsabilidade do Secretariado Nacional da CPT.
Setor de Documentação.
Caixa Postal 749.
74001 - Goiânia-GO - Brasil
Telefones (062) 223-4039 e 224-4436
Telêx (62) 2605 - PTTC
Telefax (062) 225-4967
A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha 6 -
Pastoral Social - da CNBB. Tem como objetivo central "interligar, assessorar e
dinamizar os que trabalham em função dos homens sem terra e dos trabalha-
dores rurais." (Conclusão nº 1 do Encontro de Goiânia sobre Terra e Migra-
ções na Amazônia Legal, junho de 1975).
Goiânia, abril de 1990.
Diagramação: João Alfredo Spada - R.P. 574/DRT-GO
Composição, revisão, arte-final, fotolito, impressão e acabamento: Gráfica e
Editora O Popular Ltda. - Fone: (062) 241-5533 - Goiânia-GO.



Comissão
Pastoral da Terra



ESPIRITUALIDADE
O nosso
jeito
de ser

Povo Yanomami quer viver
1990:
consolidar os avanços
Ocupação do Panamá



SINOPSE

Conjuntura Política

Espera-se de uma conjuntura política...
Desta conjuntura política espera-se...
A política do "Mito de Berlim" entre as duas Américas...
Antes de mais nada, é preciso ver...
A política do "Mito de Berlim" entre as duas Américas...
Antes de mais nada, é preciso ver...
A política do "Mito de Berlim" entre as duas Américas...
Antes de mais nada, é preciso ver...

COLEÇÃO CADERNOS DE ESTUDO CPT
(em co-edição com EDIÇÕES LOYOLA)
1. A PASTORAL DA TERRA E A DEMOCRACIA - Ivo Poletto
2. PASTORAL DA TERRA - SEU COMPROMISSO ECLESIAL E POLÍTICO (edição totalmente revista e atualizada) - Secretariado da CPT

O QUE É CPT?

A CPT é um organismo de Igreja, ligado à CNBB, através da linha seis. Foi criada em Goiânia, em junho de 1975, por um grupo de Bispos, padres e leigos, com o objetivo central de "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais".

É um serviço na defesa e reconstrução da vida, a partir da luta pela terra, é uma ajuda para sustentar a esperança do povo que está sendo pisada; uma colaboração eclesial para as classes oprimidas se sentirem gente, se organizarem e procurarem uma saída para a situação de desespero e morte que pesa sobre elas, é um esforço que visa recolocar o homem, filho de Deus, no centro da história. É um apelo às igrejas para que se coloquem a serviço dos mais fracos, denunciando as injustiças e celebrando seus sofrimentos e suas vitórias.

A CPT se propõe a promover:

- o novo modo de ser Igreja, ecumênica e popular, incentivando a espiritualidade dos homens da terra;
- as práticas alternativas dos trabalhadores, contra a dominação econômica dos grandes projetos agrícolas, energéticos e a massificação cultural;
- as várias formas de organização dos trabalhadores para conquistar a terra, melhorar a produção ou o salário e participar ativamente nas decisões políticas;
- a informação e a formação de trabalhadores e agentes de pastoral, recuperando a memória histórica de suas lutas e capacitando-os para exercerem sua missão;
- o apoio aos trabalhadores rurais nas lutas pela terra e por uma Reforma Agrária ampla;
- luta contra a impunidade de mandantes e assassinos das lideranças de lavradores;
- solidariedade com os povos da América Latina e Caribe.

A CPT se organiza em 20 regionais que articulam as equipes locais de acompanhamento aos lavradores. A Diretoria Nacional é constituída por 5 representantes das grandes regiões e mais o Presidente e Vice-Presidente eleitos em Assembléia que são respectivamente: D. Augusto Alves da Rocha (Bispo de Picos-PI) e D. Tomás Balduino (Bispo de Goiás-GO). O secretariado executivo funciona em Goiânia com a missão de documentar as lutas dos lavradores, e assessorar os regionais em seu trabalho pastoral, procurando dar unidade a sua atuação. Para informar e formar lavradores e agentes da Pastoral, o Secretariado Nacional produz a cada dois meses o Boletim da CPT e a Sinopse (Eclesial, Econômica e Política). Todo ano é publicado o livro Conflitos no Campo, referente ao ano imediatamente anterior. Sobre temas específicos vem publicando "Cadernos de estudo CPT".

Para mais informações procure a CPT de seu Estado ou escreva para:

CPT - Comissão Pastoral da Terra
Cx. P. 749 - 74.001 - Goiânia-GO.
Fones: (062) 223-4039 - 224-4436
Fax: (062) 225-4967.